



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006197-12.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Requerente: **Mitra Diocesana de São Carlos - Paróquia N S Fátima**  
 Requerido: **Via Varejo S/A e outro**

Juiz de Direito: Dr. **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**MITRA DIOCESANA DE SÃO CARLOS – PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA**, neste ato representada por seu pároco, Pe. João Roberto Camparini propôs ação de indenização por danos materiais em face de **VIA VAREJO S/A** e **METALFRIO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REFRIGERAÇÃO**. Alegou ter adquirido da primeira requerida um freezer horizontal que seria utilizado para conservação do "bolo da padroeira", elaborado em comemoração ao centenário da aparição da Virgem Maria em Fátima. Que o produto entregue não funcionou. Assim, entrou em contato com a primeira requerida, sendo-lhe enviado técnico autorizado pertencente à segunda requerida, para sanar o problema. Que o técnico informou que o defeito apresentado pelo produto foi ocasionado pela falta de gás, sendo necessária a abertura do freezer, sem entretanto dar qualquer garantia de que o objeto passaria a funcionar corretamente. Que requereu a troca do freezer ou a devolução do valor pago, não sendo atendido. Alegou que diante dos fatos, adquiriu novo freezer de marca e vendedor diversos. Requereu a condenação das requeridas à devolução em dobro do prejuízo gerado, totalizando R\$ 5.048,00, a inversão do ônus da prova e os benefícios da gratuidade processual.

Acostados à inicial vieram os documentos de fls. 11/18.

Recolhimento das custas processuais às fls. 26/28.

Citada (fl. 37), a primeira requerida apresentou contestação às fls. 39/45. Preliminarmente, alegou ilegitimidade passiva. No mérito, alegou que o defeito do produto é culpa exclusiva do fabricante, sendo que a ré se responsabiliza apenas pela venda da mercadoria, devidamente entregue em perfeito estado de conservação. Impugnou o pedido de restituição do valor pago em dobro, incabível no caso concreto. Requereu o acolhimento da preliminar suscitada e a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 46/104.

Citada (fl. 38), a segunda ré apresentou contestação às fls. 105/115.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Preliminarmente, alegou falta de interesse de agir, já que a própria autora não teria autorizado o conserto do produto. No mérito, aduziu não haver vício insanável no produto. Que foi oferecido o devido reparo pela ré, tendo a requerente negado a prestação do serviço, informando que tentaria a troca diretamente com a corré. Que por essa razão, não há que se falar em responsabilização da requerida quanto aos danos materiais alegados. Que não há previsão legal para a restituição em dobro requerida. Requereu o acolhimento da preliminar suscitada e a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 116/214.

Réplica às fls. 218/222.

Tentativa frustrada de conciliação (fls. 272/273).

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

Não havendo necessidade de produção probatória, pertinente o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, inciso I, do NCPC. Friso que a prova necessária é estritamente documental, sendo que o feito conta com um conjunto probatório suficiente para o desfecho da lide. Nesse sentido:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

Encontra-se caracterizada a relação de consumo havendo de um lado o consumidor e de outro um fornecedor. Assim, inequívoca a aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Friso que a inversão do ônus da prova não é regra absoluta. Ela é dada, a critério do juiz, quando demonstradas a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência da parte autora, sendo que, qualquer desses dois requisitos deve ser apontado pela parte que a requer. Nesse sentido o E. STJ:

(...) "4. A inversão do ônus da prova com fins à plena garantia do exercício do direito de defesa do consumidor, só é possível quando houver verossimilhança de suas alegações e constatada a sua hipossuficiência a qual deverá ser examinada não só do ponto de vista social, mas, principalmente, do ponto de vista técnico" (AgRg no n. Ag n. 1.355.226/RJ, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/9/2012, DJe 26/9/2012.)

No caso concreto observo que a parte requerida detém melhores condições para



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

provar a falsidade das alegações da autora, ficando portanto invertido o ônus probatório.

Trata-se de pedido de dano material que a autora intentou, diante da aquisição de produto entregue com defeito de fabricação, o qual impossibilitou o uso imediato.

Em que pesem as alegações da primeira requerida, não há que se falar em ilegitimidade para compor o polo passivo da ação. Isto porque, a teor do que dispõe o art. 18, do Código de Defesa do Consumidor, todos os fornecedores da cadeia de produção respondem, de maneira solidária, pelos vícios e defeitos do produto, que o tornem inadequado ao consumo a que se propõe. Nesse sentido a jurisprudência do E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

APELAÇÕES CÍVEIS. Ação de Rescisão de Contrato cumulada com Pedido de Restituição de Quantia Paga e Pleito de pagamento de Indenização por Dano Moral. Computador com defeito por mais de 120 (cento e vinte) dias. Relação de consumo configurada. Responsabilidade solidária do Fabricante e Vendedora do produto, a teor do que dispõe o artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor. Danos Morais Configurados. Indenização arbitrada em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) que não comporta redução. Decisão bem fundamentada. Ratificação da sentença de Primeiro Grau, nos termos do artigo 252, do Regimento Interno desta Corte de Justiça. RECURSOS NÃO PROVIDOS. (TJ-SP - APL: 00064586320108260008 SP 0006458-63.2010.8.26.0008, Relator: Penna Machado, Data de Julgamento: 08/10/2014, 30ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/10/2014)

Pois bem, ainda que a legislação consumerista conceda determinado prazo para o conserto do defeito do produto, diante das circunstâncias do caso concreto, de rigor a devolução da quantia despendida com o freezer defeituoso.

O objeto adquirido pela autora era totalmente novo e apresentou defeito que impossibilitou o seu uso, já no momento da entrega. A própria requerida confessa que o produto foi entregue com defeito, já que fora entregue sem a devida e necessária carga de gás. Nada fala, ademais, acerca da alegação de que o técnico teria dito à autora que não poderia garantir que a resolução que pretendia dar, garantiria o bom funcionamento do produto.

Ora, não se pode admitir que o consumidor adquira produto novo, que já lhe é entregue com defeito, e ainda que aceite o conserto sem a devida garantia do correto funcionamento a que se destinaria.

No caso concreto, certo que a requerente não poderia ficar à mercê da possibilidade, ainda que remota, do mau funcionamento do freezer que acabara de comprar. O uso se daria para o acondicionamento de produtos alimentícios destinados à venda em uma festa, sendo que o mau funcionamento certamente acarretaria danos grandiosos à paróquia.

A expectativa da parte autora, com a compra do produto totalmente novo, foi



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

frustrada, sendo que, ao que parece, nem mesmo o técnico da empresa requerida foi capaz de garantir a imediata e definitiva solução para o problema, o que não se pode admitir.

A autora comprova com o documento de fl. 15 a compra de novo freezer, sendo que não se pode obrigá-la a manter a posse de dois produtos iguais, já que a compra do segundo se deu exclusivamente por conta de o primeiro ser inservível.

Assim, de rigor a restituição do valor da compra, no entanto, de maneira simples.

A restituição em dobro se dá apenas nos casos de cobrança indevida, sendo o pedido inadequado ao caso concreto.

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO**, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC para condenar as rés, solidariamente, à restituição do valor de R\$2.524,00 à autora. Sobre este valor incidirá correção monetária pela Tabela Prática do TJSP desde a data da compra e juros de mora de 1% ao mês desde a citação.

Diante da sucumbência recíproca, as custas e despesas serão rateadas na proporção de 50% para cada parte. Fixo os honorários advocatícios em 15% do valor da condenação atualizado, para cada parte, nos termos do art. 85, §14, do CPC.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após o prazo, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, nos termos do Comunicado CG nº 1789/2017, em caso de procedência e procedência parcial da ação, à serventia para lançar a movimentação "Cód. 60698 – Trânsito em Julgado às partes – Proc. em Andamento".

Aguarde-se por 30 dias eventual requerimento da fase de cumprimento de sentença, que deverá ser feito nos moldes dos artigos 523 e 524 do CPC, classificando a petição como incidente processual, no momento do peticionamento eletrônico.

Não havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, os autos de conhecimento seguirão ao arquivo provisório ("Cód. 61614 – Arquivado Provisoriamente"), sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte.

Havendo requerimento da fase de cumprimento de sentença, o processo de conhecimento será arquivado definitivamente ("Cód. 61615 – Arquivado Definitivamente"), tudo conforme Comunicado CG nº 1789/2017.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

P.I.

São Carlos, 12 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**